

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA (PAS) EM UM MUNICÍPIO DE INTERIOR DO CEARÁ, A PARTIR DO OLHAR DE UMA COORDENADORA SETORIAL

PACHECO, Iris D'Arc da S. ¹

Resumo: Este artigo é uma síntese de uma dissertação de mestrado que objetivou fazer uma avaliação dos processos de formação dos professores alfabetizadores do Programa Alfabetização Solidária, no município de Cedro, interior do Ceará, a partir do olhar de uma coordenadora setorial. A análise se originou das constantes reflexões feitas sobre a prática pedagógica realizada e das inquietações ocorridas a partir delas. Assim, seu intuito foi compreender porque havia um distanciamento entre as teorias “ensinadas” nos cursos de formação e as práticas dos professores alfabetizadores envolvidos. Foi possível conhecer melhor os meandros do Programa Alfabetização Solidária - PAS e identificar os problemas que precarizaram a formação dos alfabetizadores. Dentre outras coisas foi possível compreender que profissionalizar o ofício do professor demanda investimento de tempo, salário e políticas de formação continuada.

Palavras Chave: Formação, PAS, Reflexões, Coordenadora Setorial.

INTRODUÇÃO

Considerando que ao exercer a profissão docente os profissionais questionam, levantam hipóteses, refletem e ressignificam sua prática, entende-se que não é possível dissociar a profissão de professor (a) da de pesquisador (a). No âmbito das universidades federais que atendem à tríade do ensino, pesquisa e extensão, é impossível ser educador sem ser pesquisador. Assim sendo, em 2001, após iniciar um trabalho como coordenadora setorial do PAS, surgiu o desejo de aprofundar as reflexões sobre o referido Programa, que foi criado em 1997 pelo Governo Federal com o objetivo de interferir na redução dos índices de analfabetismo no Brasil.

A Universidade Federal de Uberlândia, participou deste Programa como parceira, já que o sistema de seu funcionamento é de parcerias envolvendo as empresas, as prefeituras dos municípios, o governo federal e as universidades. Cada parceiro desempenha um papel dentro deste contexto. As universidades indicam alguns de seus professores que possuem predisposição e disponibilidade de tempo para viajar e também um conhecimento da temática da Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil, para serem coordenadores setoriais, os quais desempenham a função de selecionar os futuros professores alfabetizadores, preparar e executar os cursos de formação inicial, avaliar e acompanhar “in loco” o funcionamento das salas de aula. A etapa do acompanhamento do trabalho das salas, ocorre nas localidades em que elas funcionam, a maioria na zona rural dos municípios atendidos.

¹ PACHECO, Iris D'Arc da S. – Mestre em Educação / Currículo e Professora de matemática da ESEBA.

O trabalho que motivou a elaboração deste estudo ocorreu no município de Cedro no estado do Ceará. Para a realização do mesmo foi enfocado o aspecto da formação dos professores que atuaram no Programa.

Para Haddad e Di Pierro (Apud Cruciolli, 1999, p. 10)

O Programa Alfabetização Solidária padece de algumas das conhecidas limitações das campanhas de alfabetização de jovens e adultos, maneja um conceito de alfabetização estreito e não assegura continuidade de estudos ou oportunidades de consolidação das aprendizagens realizadas; recorre em grande parte a educadores leigos; e não incide sobre os fatores sócio-econômicos e culturais que geram e reproduzem o analfabetismo.

Referendando o que fala Haddad e Di Pierro (1999), é importante ressaltar que a seleção dos professores é feita entre aqueles mais graduados e se a maior graduação dos proponentes for ensino fundamental ou inferior, isso não constitui problema, pois após o curso de formação inicial, eles estarão “aptos” a serem professores alfabetizadores de jovens e adultos, segundo os idealizadores do PAS. Os criadores do Programa acreditam que uma ação desta natureza envolve os jovens que se solidarizam e se unem num movimento nacional, forte e coeso, facilitando, desta maneira a efetivação do objetivo principal que é “erradicar” o analfabetismo no Brasil. Assim sendo, seleciona alguns dentre a população para trabalhar 5 meses com seus alunos, recebendo uma bolsa de 120 reais, devendo se deslocar de seu município de origem até a universidade que será sua agência formadora. Muitas vezes a possibilidade de realizar esta viagem utilizando avião como meio de transporte torna-se o maior atrativo, superando em muito o objetivo de alfabetizar os alunos. Ademais, a miséria a que estão submetidos, os atrai diante da possibilidade de ganhar o “salário” mensal, ainda que irrisório.

De acordo com os princípios políticos do PAS, um movimento de Solidariedade Nacional pode estimular os jovens no exercício da cidadania, desenvolver comunidades, além de iniciar junto aos jovens e adultos um processo de aquisição da leitura, escrita e matemática, em contextos significativos.

A despeito da utilização da expressão Solidariedade Nacional, observa-se que o Estado Brasileiro vem passando por uma fase em que as iniciativas governamentais parecem mostrar-se menos intensas e têm mudado o seu comportamento em relação à oferta de serviços básicos para a população. O Estado já não é o único a promover os bens e serviços, inclusive os de natureza social, deixando espaços para o surgimento e crescimento de Organizações Não Governamentais (ONG's). Estas têm crescido e atuado como executoras de políticas sociais em áreas nas quais se percebe uma ausência da ação do Estado, principalmente as da educação e da saúde.

As ONG's não surgem como uma tendência natural e complementar ao Estado, mas em função da redução do papel deste último.

Ocorre, então, freqüentemente uma transferência de responsabilidade do setor público para o privado. Neste Programa denomina-se “pessoas jovens e adultas analfabetas”, aquelas que foram excluídas do ensino regular e é a elas que se destinam ações emergenciais de alfabetização, quase sempre exibindo um paradigma compensatório, ineficaz e que não contam com políticas públicas continuadas para promover a sua inserção no mundo dos “cidadãos” dignos.

AS UNIVERSIDADES E A FORMAÇÃO DOS ALFABETIZADORES

De acordo com Pinto (1982),

O educador de adultos tem que admitir sempre que os indivíduos com os quais atua são homens normais e realmente cidadãos úteis. Tem de considerar o educando não como um ser marginalizado, um caso de anomalia social, mas, ao contrário, como um produto normal da sociedade em que vive. [...] o educando adulto é antes de tudo um membro atuante da sociedade, não apenas por ser um trabalhador e sim pelo conjunto de ações que exerce sobre um círculo de existência. (PINTO, 1982, p. 82)

Desta forma, a ação das universidades e dos profissionais que integram o Programa deve ser comprometida com as mudanças sociais e com a transformação da sociedade, almejando um futuro mais humano e justo para todos os seres humanos. Dentre as responsabilidades das Agências Formadoras está a seleção dos alfabetizadores, que uma vez selecionados se submetem a um curso de “capacitação” que acontece em duas etapas. A primeira denominada formação inicial com duração aproximada de 120 horas e a segunda denominada formação continuada de 40 horas distribuídas nos 5 meses em que ministram aulas.

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU), segundo o Relatório de Capacitação de (1999), expressa a crença de que os indivíduos que vivenciam conhecimentos oriundos de diversas áreas do conhecimento como Matemática, Português, Ciências, Artes, Geografia, Antropologia..., ampliam seus saberes e adquirem habilidades que favorecem o desempenho do trabalho de alfabetizador. A partir desta concepção organizou os cursos utilizando oficinas pedagógicas. A oficina pedagógica é considerada uma situação de ensino aprendizagem na qual uma série de conteúdos, orientações didáticas e objetivos são enfocados, visando sempre a promover a autonomia do indivíduo.

METODOLOGIA

Tentando responder à questão: Qual o significado dos cursos de formação do PAS, utilizamos dentro da abordagem qualitativa a análise documental, entrevistas semi-estruturadas e a observação. A coleta e análise dos dados obtidos nos levaram a perceber que o maior objetivo do Programa que é “erradicar” o analfabetismo no Brasil não foi atingido, mas colaborou para que um número considerável de alfabetizadores envolvidos retornassem ao ensino regular, buscando uma melhor formação profissional.

CONCLUSÃO

No decorrer da trajetória de construção deste trabalho foi possível perceber que a pressa por fazer com que os alfabetizadores se apropriassem dos conhecimentos universais

considerados necessários ao exercício da docência, atropelou o processo de construção do conhecimento dos saberes docentes dos alfabetizadores. Constatamos também que não existem “formadores” absolutos, que, ao organizarem e oferecerem um curso de formação, tenham certeza de que formarão opiniões ou consolidarão uma concepção na qual se acredita.

Compreendemos que na prática da sala de aula os professores mobilizam outros saberes que não são aqueles veiculados nos cursos de formação. Foi possível concluir também que a história dos programas emergenciais de “erradicação do analfabetismo” vêm se repetindo a cada governo sem que de fato se criem políticas públicas duradouras, consistentes e claras voltadas a permitir o acesso à escola e a permanência nela das pessoas excluídas do contexto educacional. Enfim, o PAS incorre em antigos erros vistos em outros programas emergenciais, como acreditar que “qualquer pessoa” pode ocupar o cargo de professor de jovens e adultos e exercê-lo satisfatoriamente.

No entanto, seria viável oferecer uma educação voltada para o povo, garantindo não só o ingresso das pessoas na escola, mas também sua permanência, por meio de uma proposta política adequada, valorizando seus saberes, partindo da sua realidade concreta, perseguindo objetivos simples, mas que consolidem a cidadania, como a conquista da escrita do nome, o discernimento entre as diversas modalidades de textos ou mesmo a apropriação da leitura com o auxílio de um usuário já competente contribuindo para que estas pessoas se tornem instrumentalizadas para a vida na nossa sociedade letrada.

Referência Bibliográfica

BEISIEGEL, Celso Rui. *Considerações sobre a Política da União para a Educação de Jovens e Adultos Analfabetos*. Revista Brasileira de Educação – ANPED, nº 4. p. 31.

CRUCIOLI, Cristiane Vercesi. Educação de jovens e adultos: uma reflexão sobre as políticas e práticas adotadas pelo governo brasileiro. In: *Educação em ação*. Marília: UNESP, s/d. pp. 11-21.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 9ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. *História da Educação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1990.

PIERRO, Maria Clara de. *As Políticas Públicas de Educação Básica de Jovens e Adultos no Brasil do Período de 198 /1999 – Tese (Doutorado em Educação) História e Filosofia da Educação*, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

PINTO, A. V. *Sete Lições sobre Educação de Adultos*. São Paulo. Cortêz. 1982.

PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. *Princípios Orientadores para Elaboração de Propostas Político – Pedagógica*. Brasília, 1999.

SILVA, Emanuel Dias de Oliveira e. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: *Avaliação do Programa Alfabetização Solidária*. Módulo V. [Brasília], janeiro/julho de 1999.

TARDIF, Maurice. *Saberes Profissionais do Professores e Conhecimentos Universitários – Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério*. Revista Brasileira de Educação, nº 13. 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. Escola de Educação Básica. *Programa Alfabetização Solidária. Projeto do Curso de Capacitação. Módulo II*. Uberlândia, fevereiro/agosto de 1999.